

## CONGRESSO

Senado aprova projeto de lei que trata da regulamentação da reforma tributária e mantém equipamentos e munição sem pagar tributação extra, destinada a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Texto volta à Câmara

# Armas fora do imposto do pecado

» RAFAELA GONÇALVES

O Senado aprovou em plenário o projeto de lei que trata da regulamentação da reforma tributária mantendo as armas e munições fora do Imposto Seletivo (IS). O texto-base, que detalha as regras para a cobrança dos três novos impostos sobre o consumo, foi aprovado por 49 votos favoráveis a 19, contra. Como passou por modificações, a matéria voltará para apreciação final da Câmara.

A tributação extra, conhecida como "imposto do pecado", será destinada a produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O dispositivo, votado por meio de destaque, foi alvo de bate-boca na véspera entre o relator Eduardo Braga (MDB-AM) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), autor da proposição que retirou o item do texto.

O destaque apresentado em plenário pelo líder do governo, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), que previa a reinclusão das armas e munições no IS recebeu 32 votos favoráveis e 31 contrários — houve uma abstenção. No entanto, eram necessários 41 votos para alcançar maioria absoluta do Parlamento, que possui 81 senadores.

A permanência representa uma derrota para o governo e mais uma vitória da bancada da bala, frente parlamentar que defende o armamento civil, que já havia conseguido derrubar o dispositivo na fase anterior de tramitação na Câmara. Da maneira como está, itens díspares como armas, munições, perfumes e roupas mantêm a alíquota padrão de imposto.

O projeto era uma das prioridades do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que encerra seu mandato à frente da casa legislativa ao final deste ano. Ao comentar a aprovação, ele afirmou que foi a "reforma possível".

Na visão de Pacheco, é "plenamente possível" que a matéria seja aprovada na Câmara antes do recesso parlamentar, marcado para 23 de dezembro. "Nós temos cinco dias úteis na semana que vem. O presidente Arthur Lira me disse que está disposto a fazer sessão na segunda-feira. É plenamente possível submeter à apreciação e à votação na Câmara", avaliou.

O projeto detalha regras para a cobrança dos três novos impostos sobre o consumo criados pela reforma tributária, promulgada em 2023. O texto sofreu uma série de alterações no Senado, ampliando a lista de exceções do novo Imposto Sobre Valor Agregado (IVA).

Eduardo Braga acatou total ou parcialmente 690 emendas, das quais duas mil proposições de alterações. Seu parecer contempla pedidos de diversas áreas econômicas, como ampliação de benefícios ao setor imobiliário e redução tributária a serviços de saneamento, além de ajustes acordados com o governo federal.

Braga acatou novas emendas no plenário, entre elas, a inclusão de serviços funerários no regime diferenciado com desconto de 60% dos novos impostos criados pela reforma. Outra alteração foi a inclusão de uma emenda que garante a não incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais. Ele acrescentou ainda a atualização anual, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da alíquota específica do Imposto Seletivo aplicável a cigarros.

O PL foi o único partido a orientar contra o texto-base e,

ainda assim, saiu com um bom saldo da reforma, com a aprovação da maioria das emendas sugeridas pelo partido. A tributação extra das armas uniu até mesmo o PT e o Partido Novo a favor do destaque, o que não foi capaz de reinserir o item no texto.

"Eu até sou favorável à posse contra o porte. Agora, o que nós estamos vendo aqui é uma situação em que, no Brasil, 40 mil pessoas morrem por arma de fogo; os índices de suicídio aumentando de forma exponencial também; muita migração de arma do cidadão de bem, que é o que vai pagar o imposto... acaba migrando para o crime", defendeu o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

### Proposta preservada

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou que o Ministério da Fazenda está satisfeito com o projeto, apesar das várias exceções incluídas no texto. Segundo Appy, a "espinha dorsal" está preservada.

"Como toda a etapa que tem na Câmara, no Senado, nós sempre preferíamos que tivesse menos exceções. Mas nós sabemos que esse é o custo político para viabilizar a aprovação das várias etapas da reforma tributária", disse a jornalista após a aprovação do texto pelo Senado. "Isso aconteceu em cada uma das etapas da emenda constitucional, em cada uma das etapas do projeto de lei complementar, mas o fundamental é que a espinha dorsal da reforma tributária está preservada e vai ser muito positiva para o Brasil", complementou.

Appy evitou estimar como ficará a alíquota geral com a inclusão das exceções no Senado. Ele afirmou que as equipes técnicas ainda estão fazendo cálculos e, em breve, serão divulgados.

Antes da votação, em discurso na quarta reunião do Conselho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o Congresso tem condições de aprovar a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo nas próximas semanas para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o projeto ainda neste ano.

### Saneamento

Em relação a saneamento básico, as operadoras garantiram um desconto de 60% na alíquota padrão. O pedido de regime diferenciado foi apresentado pelo PL e prevê que os serviços de água e esgoto tenham tratamento tributário equiparado ao setor de saúde. O pleito não havia sido contemplado pelo relator do projeto.

Atualmente, as empresas de saneamento pagam uma alíquota média de 9,25% sobre a receita bruta. No novo modelo, sem a redução, o tributo passaria para 26,5%. "O brasileiro que pisa no esgoto e ainda morre de doenças provocadas por água contaminada agradece à decisão do Senado", afirma Christianne Dias, diretora-executiva da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon).

A maior preocupação em relação à equiparação do saneamento com a saúde foi o peso na alíquota padrão. De acordo com o relator, as alterações prévias feitas no texto aumentaram em 0,13 ponto percentual na alíquota padrão, que será aplicada como regra a qualquer venda de produtos ou serviços. No entanto, a expectativa é de que o impacto apenas do setor de saneamento seja de 0,38 ponto percentual.

## Alterações aprovadas

Mudanças em relação ao texto que recebeu aval dos deputados



### IMPOSTO SELETIVO

Foram retiradas da taxa extra armas, munições e bebidas açucaradas. Estão mantidos entre os itens taxados pelo imposto: veículos, embarcações e aeronaves, cigarros, bebidas alcoólicas, bens minerais, apostas on-line (bets).



### MEDICAMENTOS ISENTOS

A proposta aprovada cria uma categoria de medicamentos que poderá ter alíquota zero. Serão remédios destinados à Farmácia Popular e às seguintes linhas de cuidado:

- Tratamentos oncológicos;
- Doenças negligenciadas;
- Doenças raras;
- Vacinas e soros;
- ISTs e Aids;
- Diabetes mellitus.



### CESTA BÁSICA

Incluída na reta final da votação na Câmara, a isenção para as carnes foi mantida.

O texto final atualizou a descrição detalhada do chamado "pão francês", que faz parte da cesta básica isenta. Também retirou o óleo de soja da lista de itens 100% isentos da cesta e passou para a lista daqueles que têm 60% de isenção.

Outra alteração feita foi a inclusão de erva-mate, água mineral e biscoitos e bolachas — desde que não sejam adicionados de cacau, recheados, cobertos ou amanteigados — na lista de alimentos com 60% de isenção.



### COMBUSTÍVEIS

Foi acrescentado que a metodologia de cálculo da carga tributária deverá ser aprovada por ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS.



### IMÓVEIS

Foram ampliadas as isenções para o setor de imóveis. Passou de 40% para 50% o percentual de redução dos novos tributos na alienação (transferência, como casos de venda, doações, penhora e outros) de imóveis. Também aumentou a redução de 60% para 70% nos casos de locação.



### CASHBACK

Foram incluídos serviços de telefonia e internet no sistema de cashback, mecanismo de devolução de impostos para famílias de baixa renda.



### TRAVA DA ALÍQUOTA

Sobre a trava para a alíquota padrão de 26,5% nos novos impostos, o relator incluiu prazo de 90 dias, após a avaliação quinquenal, para o Poder Executivo enviar um projeto para redução da alíquota quando ela ultrapassar o limite.

O parecer aprovado determina ainda uma "alíquota teste" para 2026, sem a necessidade de recolhimento do tributo. A intenção é testar o novo sistema de aplicação da alíquota.

Fonte: PLP 68/2024



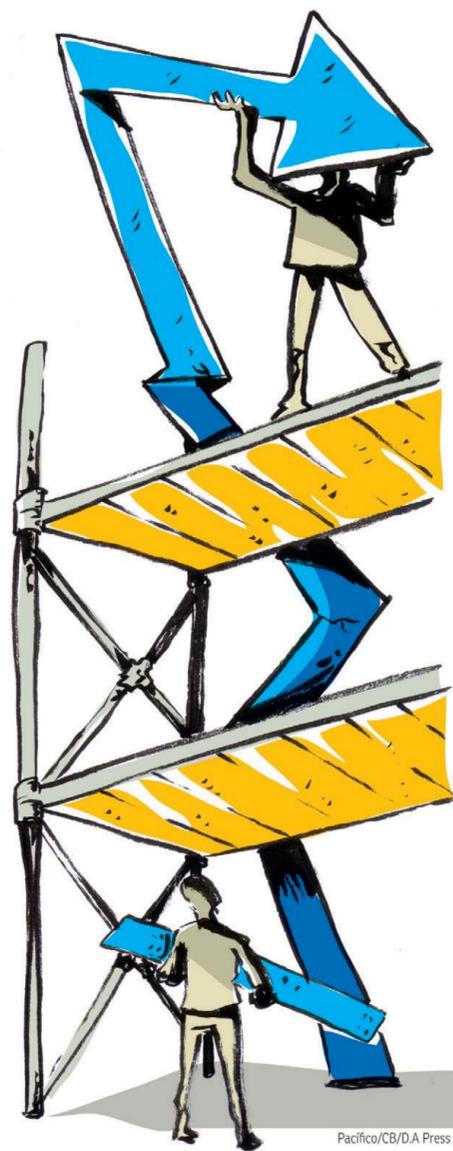
**Um dia muito relevante e importante para o Senado e para o Brasil. Longe de ser uma reforma perfeita, mas foi a reforma possível e uma boa reforma tributária no Brasil, depois de mais de três décadas de luta no Congresso Nacional"**

**Rodrigo Pacheco (PSD-MG),**  
presidente do Congresso



**Sempre preferíamos que tivesse menos exceções, mas nós sabemos que esse é o custo político para viabilizar a aprovação das várias etapas da reforma tributária. Isso aconteceu em cada uma das etapas da emenda constitucional, em cada uma das etapas do projeto de lei complementar, mas o fundamental é que a espinha dorsal da reforma tributária está preservada e vai ser muito positiva para o Brasil"**

**Bernard Appy,** secretário extraordinário da Reforma Tributária



Pacifico/CB/D.A Press

## É tempo de acreditar

O DF tem avançado como nunca. Nos últimos anos, foram mais de 33 mil servidores públicos contratados e, pela primeira vez na história, eles ganharam um plano de saúde. Hoje, somos a maior rede de proteção social do Brasil e temos 18 Restaurantes Comunitários funcionando, sendo que 11 deles estão servindo café da manhã, almoço e jantar por apenas R\$ 2,00. O Túnel de Taguatinga, que era aguardado há 40 anos, saiu do papel. Diversas áreas da administração recebem investimentos constantes e a vida da população tem ganhado mais qualidade. E, no que depender deste GDF, ano que vem vai ser ainda melhor, porque o trabalho continua. Feliz 2025.

